

Scripta Nova

REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98

Vol. XVIII, núm. 493 (55), 1 de noviembre de 2014

[Nueva serie de *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*]

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO, TENSÕES E RESISTÊNCIAS: ENTRE ESPAÇOS DE CONTROLE E CONTROLE DO ESPAÇO

Alvaro Ferreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço (Resumo)

A metropolização do espaço contribui para profundas transformações das formas, estrutura e dinâmicas urbanas. Associamos metropolização a outros dois fenômenos: globalização e reestruturação produtiva. Consideramos o papel das inovações nas tecnologias de informação e comunicação, que alteram a capacidade produtiva, as estratégias locacionais e o cotidiano. Atualmente o cuidado com a segurança provoca menos preocupação com a integridade da cidade como um todo – como propriedade coletiva – e mais com o isolamento e a fortificação do próprio lar dentro da cidade. Os muros que circundavam cidades transformam-se em bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, e guardas nos condomínios. A cidade que se abria, volta a se fechar; mas não no sentido coletivo, a cidade se fecha também dentro da própria residência. Nosso objetivo é analisar as diversas formas e mecanismos de controle do espaço e a criação de espaços de controle, pois acreditamos que o espaço é um produto social e por ser produzido a partir de intencionalidades, interfere no cotidiano da sociedade.

Palavras-chave: Metropolização do espaço; espaços de controle; controle do espaço; espetacularização; mobilização

Metropolization of space, tensions and resistances: between the spaces of control and the control of spaces (Abstract)

The metropolization of space contributes to transform forms, structure and urban dynamics. Metropolization is associated with two other phenomena: globalization and productive restructuring. We consider the role of innovations in information and communication technologies that change the productive capacity, locational strategies and daily life. Currently the worry about the security causes less concern for the integrity of the city as a whole - as collective ownership - and more with the isolation and fortification of their own home within the city. The walls surrounding cities are transformed into guarded neighborhoods, public

spaces with closed protection and controlled admission, and guards at condominiums. The city that opened, closes again, but not in the collective sense. The city also closes within the residence itself. Our goal is to analyze the various forms and mechanisms of control of space and the creation of spaces of control, because we believe that space is a social product and is produced with intentions that interfere in everyday life.

Keywords: Metropolization of space; spaces of control; control of space; “spectacularization”; mobilization

A cidade que havia sido construída, inicialmente, para proteger aqueles que moravam intramuros de invasores e que teria sido rompida, agora é reconstruída. A cidade mostrava-se isolada por meio de muralhas e, quando os residentes da cidade medieval se vangloriavam de que o ar da cidade os tornava livres, reconheciam o fato de que além do muro da cidade a liberdade era cerceada. Os comerciantes se amontoavam do lado de fora dos portões; no campo, camponeses e servos trabalhavam sob a vigilância de senhores feudais. Os muros tinham um papel marcante nesse período. Ao mesmo tempo em que se observava uma maior amplitude das relações comerciais e de circulação, observávamos também a separação.

Atualmente o cuidado com a segurança provoca menos preocupação com a integridade da cidade como um todo – como propriedade coletiva – e mais com o isolamento e a fortificação do próprio lar dentro da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade transformam-se em bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente¹. A cidade que se abria, volta a se fechar; mas não no sentido coletivo, justamente no momento em que o trabalhador vem perdendo sua identidade coletiva, a cidade se fecha também dentro da própria residência.

Grandes mudanças foram sentidas no cotidiano das cidades, mas uma salta aos olhos: a passagem de uma economia baseada na indústria para outra em que há o predomínio das atividades ligadas aos serviços². As cidades estariam ligadas à materialidade do momento atual, que tem como modelo a metrópole, e que apresenta contradições em sua própria organização espacial. Contradições expostas nas formas espaciais, que carregam em si a questão simbólica produzida pelas ideologias e representações.

Nesse sentido, temos como objetivo a análise das diversas formas e mecanismos de controle do espaço e da criação de espaços de controle, pois acreditamos que o espaço é um produto social e por ser produzido a partir de intencionalidades, interfere no cotidiano da sociedade. Os lançamentos imobiliários são produzidos, imaginados e vendidos fazendo uso dessa lógica estratégica. Estilo de vida em condomínios fechados, grandes lançamentos de edifícios empresariais modernos e com sofisticados projetos de vigilância, empreendimentos de lazer programado... Tudo isso é injetado no cotidiano dos moradores das cidades e passam a ser naturalizados.

A mobilização da moda em mercados de massa forneceu um meio de acelerar o ritmo do

¹ Bauman, 1999.

² Capel, 1994.

consumo, não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também de uma ampla gama de estilos de vida, hábitos de lazer e esporte. Outra transformação importante ocorreu com a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços. A publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora importância maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. A publicidade já não parte da ideia de informar ou promover no sentido comum, pois se volta cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos. Estamos falando de controle.

Assim, o espaço não pode ser visto como um objeto científico separado da ideologia, das relações de poder ou da política, pois é nele que se materializam as tensões, as interações e as lutas entre dominação e resistências.

O século XXI trouxe com ele fatos novos, mas também permanências; processos novos, outros revisitados, e ainda outros que se constituem e se realizam a partir de processos anteriores.

A metropolização do espaço faz parte desse momento e contribui para a realização de profundas transformações das formas, estrutura e dinâmicas urbanas. Este processo não exclui aquilo que o filósofo francês Henri Lefebvre³ denominou, no início da década de 1970, de urbanização completa da sociedade. Aliás, o processo de metropolização do espaço está para o momento atual, assim como a urbanização da sociedade estava para aquele momento.

Por isso, a metropolização incorpora algumas características e desenvolve outras. Trata-se, por exemplo, da grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, do crescimento das atividades de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial, da concentração de atividades de gestão e administração, da construção de um modo de viver e de consumo que se espelha no perfil da metrópole⁴.

A metropolização do espaço não se restringe à região metropolitana, incorpora as cidades médias e pequenas. É possível associar a metropolização a outros dois fenômenos: globalização e reestruturação produtiva. Assim, é preciso considerar o papel das inovações nas tecnologias de informação e comunicação e da microeletrônica, que alteram a capacidade produtiva (quantitativamente e qualitativamente), as estratégias locacionais e o próprio cotidiano dos moradores da cidade.

Atualmente, experimentamos um momento do urbano que já não é mais tão marcado pelas lógicas espaciais da indústria, algo que provoca transformações nas cidades, pois passamos de uma economia baseada na indústria para outra ligada aos serviços.

De uma economia baseada na indústria para outra ligada aos serviços?

Partindo da premissa de que a relação do trabalhador com a cidade está associada à sua relação com o trabalho, percebemos que a cidade que havia sido construída, inicialmente, para proteger aqueles que moravam intramuros de invasores e que teria sido rompida, agora é reconstruída. A cidade mostrava-se isolada por meio de muralhas e, quando “os residentes da cidade medieval se vangloriavam de que ‘o ar da cidade os torna livres’”, eles reconheciam o fato de que além do muro da cidade, a liberdade era cerceada: os comerciantes humildes se

³ Lefebvre, 1999.

⁴ Lencioni, 2013, 2006; Ferreira, 2013.

amontoavam do lado de fora dos portões, e no campo, camponeses e servos trabalhavam sob a atenta vigilância de seus senhores feudais”⁵. Os muros tinham um papel marcante nesse período, pois quando o visitante se aproximava de uma cidade podia observar o imponente conjunto de torres. Ao mesmo tempo em que se observava uma maior amplitude das relações comerciais e de circulação, observávamos, também, a separação. Então, podemos perceber enclausuramento e abertura, ou seja, fechamento e abertura, afastamento e ligação.

É nesse sentido que afirmamos que atualmente, a preocupação com a segurança provoca menos preocupação com a integridade da cidade como um todo – como propriedade coletiva – e mais “com o isolamento e a fortificação do próprio lar dentro da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em (...) bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas armados no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente”⁶. Anteriormente, o espaço da cidade reproduzia a rigidez da fábrica. Contudo, a transferência das plantas industriais para fora da metrópole, não significa descentralização, visto que o escritório central das empresas continua na grande metrópole e, nesse sentido, as decisões, o comando, o ambiente inovador e os serviços superiores continuam lá. Há desconcentração das plantas industriais, mas centralização do capital⁷.

Grandes mudanças foram sentidas no cotidiano das cidades. Transformações que tinham caráter econômico, tecnológico, cultural, político e demográfico. Dentre tantas mudanças, uma salta aos olhos: a passagem de uma economia baseada na indústria para outra em que há o predomínio das atividades ligadas aos serviços. Essa tendência converte a grande cidade em um centro de produção de serviços antes que de bens, em um lugar de consumo antes que de produção⁸. Assim foi possível constatar mudanças nos modelos de localização das atividades industriais.

As plantas industriais saem das grandes cidades e vão se localizar em municípios menores no entorno das metrópoles. Se durante muito tempo a cidade, no imaginário social, esteve ligada à indústria, nas décadas recentes o que presenciamos foi o enorme crescimento das atividades ligadas ao serviço e comércio. Contudo, torna-se cada vez mais importante distinguir as atividades ligadas à comercialização de bens materiais e ao transporte e àquelas ligadas ao conhecimento, à educação, ao lazer, ao turismo, à saúde e à segurança, que têm um caráter menos quantificável. Dessa forma, há nas metrópoles uma “tendência decrescente como centros de produção industrial e uma disposição crescente a converterem-se em centros de controle, de interação, de criatividade e de lazer”⁹.

Se cada vez mais é comum ouvirmos falar em desindustrialização, isso não significa dizer que a indústria se afasta daquilo que chamamos de urbano, que não é sinônimo de cidade. O urbano está ligado à condição geral do processo de reprodução do capital, sendo simultaneamente produto desse processo. O urbano é um momento posterior à industrialização e, então, “produto de contradições emergentes do conflito entre necessidades da reprodução do

⁵ Tuan, 1980, p. 261.

⁶ Bauman, 1999, p. 55.

⁷ Lencioni, 1994.

⁸ Capel, 1994, p. 123.

⁹ Capel, 1994, p. 123.

capital e as necessidades da sociedade como um todo”¹⁰.

O urbano transcende a cidade e nesse sentido é possível afirmarmos que o espaço urbano envolve o material e o imaterial, o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto, ideologias e representações. Assim, as cidades estariam ligadas à materialidade do momento atual, que tem como modelo a metrópole, e que apresenta contradições em sua própria organização espacial. Contradições expostas nas formas espaciais, que carregam em si a questão simbólica produzida pelas ideologias e representações, através das atividades políticas, econômicas e culturais, influenciando a própria formação da sociedade.

(Re)produção, consumo, espetacularização e controle

A mobilização da moda em mercados de massa forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo, não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também de uma ampla gama de estilos de vida, hábitos de lazer e esporte. Outra transformação importante ocorreu com a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços, não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. A publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora importância maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. Além disso, a publicidade já não parte da ideia de informar ou promover no sentido comum, pois se volta cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos, mediante imagens que podem ou não ter relação direta com o produto a ser vendido. Estamos falando de controle.

Desde muito, quando começou a estudar aquilo que denominou de meio técnico científico-informacional, Milton Santos¹¹ enfatizava o fato de que a sociedade da informação estava associada à revolução do controle. A revolução do controle parece ser o ponto chave para a imposição da mais recente forma de relação capital-trabalho. Isto não significa que surge algo essencialmente novo no que se refere à relação de exploração, longe do fim, implementa-se uma maneira diferente dessa exploração. A extraordinária ascensão da flexibilidade permitida pelas novas tecnologias opõe-se à rigidez do trabalho em favor da mobilidade do capital. Além disto, busca flexibilizar ao máximo as relações de trabalho, fazendo com que o trabalho perca cada vez mais sua proteção institucional, levando a acordos individuais e a um maior poder de barganha por parte do empresariado.

Não devemos esquecer que uma organização é um sistema social apoiado, também, em uma cultura empresarial, reunindo múltiplos fatores, dentre os quais poderíamos citar as relações de cooperação, mas também as de poder. Assim, o controle se deu a partir do processo do trabalho, ou seja, através do controle de quem trabalha. Era necessário controlar o tempo do trabalho. Quantificar o tempo do trabalho é instrumentar o seu controle. É decompor o valor das mercadorias, ou seja, “uma dada quantidade de valor é redutível a salário, lucro, juro, renda fundiária, e, de acordo com circunstâncias diversas, se reparte de maneiras diferentes por essas categorias”¹², assim como a definição do que se quer reverter ao ciclo ampliado da acumulação.

¹⁰ Carlos, 1994, p. 14.

¹¹ Santos, 1996, p. 147.

¹² Martins, 1999, p. 17.

O controle da presença do trabalhador, o controle do respeito aos procedimentos e às regras prescritas perdem a força no contexto atual, já que o julgamento é feito essencialmente pelos resultados. Logo, não importa mais onde está quem recebe ou dá as ordens, a relação muda radicalmente.

Atualmente o controle continua a existir através do cumprimento de tarefas em prazos cada vez mais apertados. Isto é, não se controla mais o tempo de trabalho, mas o resultado. O controle passa pelo cumprimento de tarefas preestabelecidas. O trabalho é fisicamente descentralizado, o poder sobre o trabalhador ainda existe. Trabalhar em casa é a ilha última do novo regime, a aparência dessa nova liberdade é enganosa.

A noção da existência do controle se manifesta, inclusive, na projeção do futuro através dos filmes de ficção científica; seja em *Blade Runner*, em que as ruas eram varridas por poderosos holofotes instalados em máquinas que sobrevoavam as cidades e observavam o que acontecia embaixo; seja em *Minority Report*, em que era possível identificar o local em que se encontrava qualquer cidadão a partir da identificação da íris; seja em *Matrix*, que seria uma espécie de evolução do Panóptico que se expande a todos os domínios da vida. A *Matrix* exerce seu controle através da Rede e, dessa forma, não se limita ao espaço concreto, fechado; vai além, expandindo e criando o espaço. Não há mundo real. O mundo é pura interface e funciona como um jogo, um videogame. Para vencer esse jogo é necessário conhecer o sistema de simulação como um espaço de desconexão do real, pois dentro do sistema os movimentos dos corpos são totais, o tempo pode ser congelado e a velocidade é infinita. E ainda mais, dentro do próprio “movimento revolucionário” – que aparecia como uma espécie de vírus contra o sistema – percebemos a criação de mecanismos de defesa e controle da própria *Matrix* que ora simulam a realidade, ora ocultam-na; em um movimento que, sem que os “revolucionários” percebam, os mantêm sob controle.

Estamos vivendo em uma sociedade de controle. O controle se dá em qualquer local, todo local é um ponto na rede de controle do sistema. Os pontos são cada vez mais multiplicados (“sorria, você está sendo filmado”). Percebemos a formação de uma rede entre poder, visão e informação. Ou seja, o trabalhador não se livrou do controle e o cidadão encontra-se, na grande cidade, também vigiado. Um sem-fim de câmeras cumprem o papel de dar segurança ao morador do condomínio fechado, ao trabalhador da grande empresa, vigiam o trânsito das ruas da cidade, a circulação no estacionamento do *shopping center*... Isso é perigoso, pois ao aceitar as comodidades oferecidas pela tecnologia, as pessoas concordam em renunciar a parte de sua privacidade. A aceitação dessa forma de controle pelas pessoas, que fazem isso em troca de produtos, serviços e segurança, torna esse processo muito perigoso, pois ninguém está impondo nada a ninguém. É tudo consensual¹³.

Na própria Internet estamos sendo vigiados constantemente. Os *sites*, para bisbilhotar seus usuários, fazem uso dos *cookies* – registro eletrônico que o *site* envia para o disco rígido do computador sem que o usuário saiba – que funcionam como uma espécie de impressão digital, pela qual o computador é imediatamente reconhecido na próxima vez que retornar àquele *site*. Assim, não é difícil compreender porque quando entramos em determinado *site* – inclusive dos bancos em que temos conta corrente – somos imediatamente reconhecidos através de mensagens do tipo “bom dia, fulano...”

¹³ Reg Whitaker, 2001, p. 79.

Entretanto esse controle é camuflado através do discurso de que é espetacular como as novas tecnologias podem nos ajudar a viver melhor nas cidades. Aliás, o discurso da espetacularização alcança outras dimensões do processo de metropolização do espaço¹⁴. Nesses termos, temos convivido com discursos via mídia, seja por parte do governo ou por parte do empresariado, que falam da importância de “revitalizar certas áreas da cidade”, de investir na atração de grandes eventos para cidade... e para tanto, grandes investimentos são feitos: estádios de futebol para a Copa de 2014, equipamentos esportivos para os jogos olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, hotéis, centros de convenção, museus projetados por arquitetos de renome internacional (o Museu do Amanhã na zona portuária carioca, por exemplo, foi projetado pelo espanhol Santiago Calatrava)¹⁵...

São sempre grandes empreendimentos de forma arquitetônica espetacular e que copiam “modelos de sucesso” internacional, contribuindo para construção de paisagens repetidas e que excluem a maior parte da população residente, estando focados no turismo¹⁶.

A dinâmica do processo de metropolização tem contribuído para a transformação do mercado do solo urbano, que passa por uma valorização assustadora, elevando os preços a números nunca antes imaginados. Percebemos, então, a importância da propriedade privada do solo como “condição indispensável à produção imobiliária formal”¹⁷. Tal elevação de preços faz com que as construtoras busquem áreas mais distantes para construção, incorporando novas áreas à lógica de mercado da metrópole, o que acaba por estender a área urbana indefinidamente. Fato que obriga os moradores a realizarem grandes deslocamentos diariamente.

As áreas de expansão e de investimentos nas cidades acabam sendo definidas pelos proprietários fundiários, pelas construtoras e pelos promotores imobiliários. Esse movimento fez a geógrafa Sandra Lencioni¹⁸ afirmar as centralidades “são produzidas muito menos pelas necessidades da cidade desempenhar as funções de comércio e de serviços, e, muito mais, devido às necessidades da reprodução do capital do setor imobiliário. Em suma, a multicentralidade não é um produto das funções urbanas, mas dos investimentos imobiliários”.

O processo de metropolização tem, simultaneamente, levado ao adensamento de determinadas áreas, ao espraiamento da metrópole e às operações urbanas de renovação urbana ou de revitalizações (como preferem alguns), que acabam por gerar forte gentrificação.

Percebemos que atualmente o circuito de realização do capital redefine o sentido do espaço, visto que passa a assumir a condição de produto imobiliário¹⁹. Vivenciamos uma transformação que incorpora as dimensões econômica e social, em que grandes investimentos da esfera pública viabilizam a criação e/ou expansão das áreas centrais, articuladas à reprodução do capital financeiro, que produz segregação e apropriação desigual do espaço urbano.

A melhor compreensão do atual momento da produção imobiliária e da reconfiguração das

¹⁴ Ferreira, 2013a.

¹⁵ Ferreira 2013b.

¹⁶ Ferreira, 2011.

¹⁷ Lencioni, 2013.

¹⁸ Lencioni, 2013.

¹⁹ Carlos, 2013.

idades contemporâneas passa por dois importantes pressupostos: o processo de produção, no capitalismo, transformou o espaço em mercadoria; e, o espaço deve ser entendido como produto e produtor.

Evidentemente, tais pressupostos estão interligados. Em se tratando do primeiro, o solo urbano permite a realização do valor, e esse processo se dá quando da negociação do proprietário no mercado imobiliário, seja com a venda ou com o aluguel do imóvel.

Quando falamos em renda no âmbito do solo urbano, é preciso termos em mente que se trata de uma forma específica, que guarda maior complexidade em relação à renda da terra. Sabemos, a partir de Marx, que a propriedade da terra é tratada como categoria histórica e que sua existência é pressuposto da própria existência da renda da terra. Há inúmeros elementos envolvidos e que, por isso, agregam à renda uma valorização para além do montante que seria cobrado pelo proprietário da terra pelo seu arrendamento. Estamos falando da “diferença entre a renda da terra propriamente dita e o juro do capital fixo incorporado ao solo, que pode constituir um agregado da renda da terra”²⁰.

Trata-se, por exemplo, de levar em conta a infraestrutura que o governo (nas as esferas federal, estadual e municipal) introduz em determinadas localidades da cidade e que acabam por valorizá-las, independentemente de qualquer intervenção dos proprietários. Além disso, a própria divulgação pela imprensa de um grande projeto do governo para determinada área gera uma especulação, que acaba por interferir bastante na realização da renda do solo urbano. Acreditamos ser por isso que Ana Fani A. Carlos²¹ afirma que “junto com a terra, o capital alheio incorporado a ela cai em mãos do dono da terra e o juro de dito capital engrossa a renda”; havendo, assim, “uma diferença substantiva entre renda e juro que podem aparecer sob a mesma quantidade de dinheiro paga ao dono da terra, mas com origens diferenciadas, auferidas pela condição de monopólio da terra”.

Quanto ao segundo pressuposto, o espaço é um produto social, estando sempre em construção. Cada momento histórico contribuirá para a produção do espaço, por isso, esse produto é sempre condição para uma nova produção. Nesse sentido, não é possível separar processo de produção e de reprodução. Significa pensar em duas dimensões da reprodução do espaço: primeiro o espaço produzido como mercadoria, que traz elementos como propriedade privada do solo urbano, homogeneização, fragmentação e hierarquização; mas também é preciso ter em conta aquela dimensão em que a cidade é produzida como condição para a realização do ciclo de acumulação do capital. Em outras palavras, o espaço urbano (e mais concretamente a cidade) se reproduz continuamente como condição geral do processo de valorização gerado no capitalismo²². O objetivo disso é a viabilização atual dos processos de produção, circulação, distribuição, troca e consumo. Isso permite o desenvolvimento do ciclo do capital, possibilitando a continuidade da produção; sendo assim, sua reprodução.

Partimos do pressuposto de que o espaço não pode ser visto como um objeto científico separado da ideologia, das relações de poder ou da política. É no espaço que se materializam as tensões, as interações e as lutas entre dominação e resistências. Muitas vezes, acabamos, conscientemente ou não, construindo nossos pensamentos e nossas ações no sentido

²⁰ Carlos, 2011, p. 97.

²¹ Carlos, 2011, p. 97.

²² Carlos, 2011; Carlos, 1994.

correspondente aos interesses do grupo social do qual fazemos parte; é a partir disso que se promove a produção da vida, que é simultaneamente a produção do espaço.

O espaço é produzido a partir de intencionalidades, foi a partir dessa certeza que Lefebvre²³ falava de espaço como produto/produtor. Não se trata de transformá-lo em sujeito, mas de ter em conta a influência causada pela sua produção no cotidiano de cada um de nós. Algo que se torna claro a partir da fragmentação do tecido urbano, da segregação espacial vivenciada pelos distintos estratos sociais e do processo de gentrificação, cada vez mais comum nos “projetos de revitalização” implementados pelas instâncias de governo em associação com a iniciativa privada.

Temos, então, no horizonte, alguns elementos fundamentais ao debate: a separação entre Estado e sociedade civil; a utilização das novas tecnologias na construção do imaginário social; a produção do espaço, realizada a partir de tensões entre dominação e apropriação, que incorporam diferentes relações de poder; e, por fim, manifestações e formas de resistência.

É a partir deste cenário que devemos procurar desconstruir as estratégias de produção do espaço à revelia dos habitantes do lugar a partir da construção, no imaginário social, de ideários de cidade, que vão ao encontro do desejo dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e do empresariado ligado à atividade turística – que fazem uso das novas tecnologias, transformando imagens virtuais em paisagens –, e que tem tido como resultado, graves processos de gentrificação.

Quando falamos em estratégias de produção do espaço, construção de ideários de cidade, manifestações e formas de resistência, não há como escapar do debate acerca do papel dos agentes e atores sociais.

Atores e agentes como dimensões do agir

De fato, não resta dúvida que é a teoria sociológica que pode nos ajudar a compreender, conceitualmente, a diferença entre essas categorias. Se é fato que tanto o agente quanto o ator estão ligados ao agir, também é fato que o que os move, o ponto de partida, tem sentidos diferentes. Por vezes, as ações de modo geral se dão sem que se tenha clareza quanto ao seu objetivo.

Ações que se realizam em determinado lugar, e que dão origem a algumas formas urbanas, muitas vezes são fruto de desejos e estratégias estranhas ao lugar. Assim, encontramos-nos entre inúmeras possibilidades de ações; algumas que fortalecem o *status quo* e outras que a ele se opoiam.

Aos atores relaciona-se o agir como fonte de um processo; a eles são atribuídas capacidades e intenções. Ao falarmos em atores, estamos nos referindo a jogos de poder, relações de força que põem em disputa conhecimento e estratégias, que constroem encadeamentos sociais e políticos. Os agentes, embora também se realizem no âmbito do agir, são passivos no que tange à definição de intencionalidades.

Os agentes são “indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por

²³ Lefebvre, 2008, 1994, 1991.

necessidade”²⁴. De certa maneira, os agentes estariam ligados à prática, o agir iria da prática a prática sem passar pela consciência; em outras palavras, sem passar por qualquer reflexão crítica. A categoria agente encontra-se ligada, de alguma maneira, a uma ilusão, já que ao passar ao largo de uma reflexão, sua forma de ação parece simplesmente “normal”, acrítica.

Definitivamente, ator e agente não são sinônimos, visto que a categoria ator incorpora autonomia, capacidade reflexiva e a própria manipulação. Aliás, “não apenas se adapta, mas inventa, em função das circunstâncias” e em função do movimento dos outros atores. Isto porque os atores têm sempre como premissa a construção de estratégias de ação²⁵.

Os atores definem-se através de sua posição e dinâmica de poder no sistema; assim, nesse sentido, é impossível não conectar atores e relações de poder. Milton Santos²⁶, ao desenvolver a ideia de espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, introduz um conceito de lugar para explicar de que maneira ocorre a alienação e para mostrar a distância entre quem comanda a ação e quem a pratica. Por isso, “as ações racionais tomam com frequência esse nome a partir da racionalidade alheia. (...) As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas porque obedientes a um projeto alheio”.

O agente acaba sendo uma espécie de produto do sistema, participando sob a forma de dispositivos para a ação. Ao contrário, o ator define-se pela situação e pela estrutura de jogos em que se encontra envolvido.

A categoria sujeito incorporaria seus termos correlatos, como indivíduo, agente e ator. Não há como não acreditar que todo ser humano é sujeito; no entanto, as diferentes maneiras de sua construção levam, também, à constituição de sujeitos que não conseguem desenvolver todas as suas potencialidades, que apenas sobrevivem ao invés de viver. Como espero ter deixado claro nestas poucas linhas, a categoria sujeito refere-se a um nível de complexidade que acaba por conter as categorias analíticas de ator e de agente.

Ao tratarmos do objeto analítico a que nos propusermos, dependendo da dimensão que queiramos enfatizar no momento é que devemos fazer a opção por usar agentes ou atores; em outras palavras, em determinados momentos estaremos agindo como agentes, em outros como atores.

A prática política do fazer urbano e a utopia do direito à cidade

A discussão sobre metropolização do espaço implica na consideração do espaço como política. Nesse sentido, traz para a cena a prática política do fazer urbano e a utopia do direito à cidade.

A proposta de transformação da zona portuária carioca, por exemplo, ao contrário do discurso, corre o risco de produzir novas seletividades e afastamentos sociais, promovendo repetição em série de modelos tidos como bem sucedidos. Referimo-nos à produção de espaços públicos que podem tornar-se cenários para uma sociabilidade fictícia. Todavia, a disseminação de discursos elogiosos e suas imagens correspondentes são instrumentos fundamentais para a promoção e legitimação desses novos projetos de cidade nos quais a cultura e o lazer mercadificados são promovidos como pólos de atração turística e geradores de renda. Esses

²⁴ Bourdieu, 1994, p. 69.

²⁵ Crozier, Friedberg, 1977.

²⁶ Santos, 1996, p. 81.

modelos não são dados objetivos e consensualmente aceitos, mas socialmente construídos. Nas palavras do filósofo Henri Lefebvre²⁷, “tais projetos parecem claros e corretos porque são projeções visuais sobre o papel e sobre um plano de um espaço, desde o início, posições”.

A (i)mobilização acaba se dando no âmbito da opção, ainda que inconsciente, pelo direito à cidade “real” (ou àquela que nos é vendida como sendo a cidade real), em que a urgência liga-se às questões da sobrevivência e da falta de tempo, em vez de optar pelo direito à cidade enquanto obra, em que buscamos alcançar a concretização de resultados que reflitam uma cidade mais justa e mais humanizada. Aqui estamos nos referindo ao direito à vida urbana, transformada no lugar do encontro, em que o valor de uso sobreponha-se ao valor de troca e em que a produção do espaço se realiza para os cidadãos. Milton Santos²⁸ acreditava que as tentativas de mobilização devem ser construídas historicamente e fortalecerem-se no cotidiano através de infinitos debates – estamos nos referindo àquilo que denominou solidariedade horizontal –, que levariam a ajustes inspirados na vontade de reconstruir, em novos termos a própria solidariedade horizontal. Entretanto, essa luta torna-se árdua, já que vai de encontro à solidariedade vertical, que agrega os atores hegemônicos, dificultando qualquer possibilidade de articulação e criação de redes de resistência. No entanto, ainda assim tais mobilizações são muito importantes, pois como nos lembra Santos²⁹, “é dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões de mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional”.

Entretanto, há contradições mesmo entre aqueles que se localizariam no âmbito da “política dos *de baixo*”, como pode ser percebido através do exemplo de impasses trazido por Nana Orlandi³⁰, quando nos fala do preconceito existente por parte dos moradores em relação aos integrantes de ocupações em prédios abandonados na zona portuária; o que faz com que aqueles que lutam contra o processo de exclusão acabem por ter ideias segregadoras.

O Estatuto da Cidade mesmo tendo na proposta (e na aposta) da participação popular sua força, mantém-se preso às racionalidades técnicas e às associações entre o Estado e os proprietários e investidores, já que o “direito à cidade” aparece – como bem argumenta a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos³¹ – através da realização da função social da propriedade e não na sua negação como fundamento da segregação na cidade.

Cabe ressaltar que a possibilidade de participação popular no debate acerca de projetos da magnitude do Porto Maravilha não é excluída por parte do poder público. Pelo contrário, o Estatuto da Cidade e o plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro preveem, explicitamente, que somente assim poder-se-ia construir um espaço que atenda aos anseios e demandas da população. Inclusive, o plano diretor da cidade prevê um instrumento denominado Relatório de Impacto de Vizinhança, que acabou sendo ignorado pelo governo municipal. Esse instrumento destina-se à avaliação dos efeitos negativos e positivos decorrentes da implantação de um empreendimento econômico no local, visando à identificação de medidas para a redução, mitigação ou extinção dos efeitos negativos. Existem leis, instrumentos legais

²⁷ Lefebvre, 2008, p. 127.

²⁸ Santos, 1996.

²⁹ Santos, 2000, p. 132.

³⁰ Orlandi, 2009.

³¹ Carlos, 2005.

e previsão de participação da população na decisão do futuro da cidade, entretanto a mobilização tem sido aquém do necessário.

Até mesmo um exemplo enaltecido por todos como o orçamento participativo (em Porto Alegre), que dinamizou a sociedade civil, de alguma forma contribui simultaneamente para mantê-la presa a uma agenda que é determinada pelo Estado; e isso é grave, pois faz a sociedade acreditar que as determinações têm partido dela, quando de fato, muitas vezes, não tem. Não podemos perder de vista a autonomia, a possibilidade de imaginar outra possibilidade de cotidiano, de cidade, de mundo. As possibilidades de mobilizações para a transformação do espaço urbano devem ter no horizonte ações de curto, médio e longo prazo, inclusive porque o contato constante para debates acerca dos problemas que afligem a população podem ajudar a construir um senso de participação de cunho político-pedagógico que venha a contribuir para o crescimento dos movimentos de transformação. Evidentemente, não estamos afirmando que ações que provenham do Estado não contribuam também para minimizar a segregação – e as estatísticas das duas gestões do Governo Lula apontam para uma diminuição da pobreza no Brasil – mas continuamos acreditando que seja importante construirmos na população a percepção da necessidade de participação na definição do futuro que queremos para nossas cidades.

Talvez o mais importante caminho – para buscar a transformação, o verdadeiro direito à cidade e a justiça social – tenha de ser percorrido guardando múltiplas escalas espaciais e temporais de ação. No que tange às escalas espaciais, é preciso “costurar” os particularismos militantes, mobilizações sem pretensões mais amplas (mas de grande importância para aqueles que àquilo reivindicam) com ações de âmbito global; ou seja, que levem em conta não apenas os problemas conjunturais, mas também os problemas ligados à estrutura. Embora as mobilizações tenham seu nascedouro a partir de problemas que acontecem no lugar, é necessário buscar as conexões com escalas espaciais mais amplas, em um movimento do lugar ao mundial e de volta ao lugar. Esse movimento obriga-nos a, também, pensarmos em escalas temporais de ação diferenciadas; ou seja, estaremos trabalhando com ações de curto e longo prazo.

Temos, desde muito tempo falado da importância de resgatar a utopia. O que importa na utopia é justamente o que não é utópico, é o processo de sua busca. É verdade que, muitas vezes, por mais que nos empenhemos nunca teremos absoluta certeza a que resultado chegaremos, e isso acaba sendo um enorme fator de imobilização. Resgatando Harvey³², a fuga da incerteza acaba fazendo “*com frequência que demos preferência aos males conhecidos em vez de buscarmos refúgio noutros males ignorados*”. É preciso resgatar o pensamento utópico para transformar; afinal, estamos falando daquilo a que Marx deu o nome de “*o movimento real que vai abolir o estado de coisas atual*”. A solução não está no curto prazo – e nele é mesmo inalcançável – mas começa nele.

O projeto de transformação da zona portuária traz à população do lugar inúmeros desafios, visto que a ausência de participação foi visível e que a falta de organizações coletivas contribuiu para que a proposta de produção do espaço atendesse, principalmente, aos interesses do empresariado. Importante entendermos que o conceito de espaço incorpora o quadro físico, mas também o mental e o social, com sua prática espacial. Tais práticas tratariam do mundo das interações dos seres humanos com a materialidade, construindo no

³² Harvey, 2000, p. 254.

cotidiano a experimentação. O projeto concebido para o porto apresenta-se como uma solução para uma área que se encontrava com sérios problemas ligados à falta de investimentos. Fato é que, por vezes, certas afirmações são por nós assumidas sem qualquer reflexão: representações de mundo, definições de formas e funções nas cidades. Nossa experiência cotidiana, em nossas práticas espaciais, no ordenamento espacial da cidade é mediada por tais concepções, que, muitas vezes, não estão de acordo com nossos interesses. Simultaneamente, a maneira como respondemos a essas determinações através de nossas ações no espaço, inclusive em manifestações espaciais – sejam culturais, artísticas ou uma passeata, por exemplo – interferem na maneira como vivenciamos e entendemos as representações.

Seria correto afirmar que projetos criados sem a participação dos envolvidos e dos atingidos encontram-se ligadas a práticas sociais que estabelecem relações entre a materialidade e pessoas através da lógica capitalista de produção do espaço. A força que a mídia tem dado ao projeto de transformação da zona portuária contribui para a incorporação dessa lógica ao cotidiano, à vida urbana, na qual em nossas práticas espaciais vivenciamos um espaço de sobredeterminação do valor de troca em relação ao valor de uso. É preciso escaparmos desse aprisionamento e passarmos a pensar a produção do espaço criticamente, o que contribuiria muito para modificar a maneira segundo a qual agiríamos na luta pela transformação do espaço urbano e na luta pelo direito à cidade³³. Se não temos dúvida que o espaço é construído socialmente, temos de ter em mente que, em nosso cotidiano, as formas produzidas imbricam-se às funções e estrutura; por isso, sabendo que o espaço traz em si a dominação através das formas – há uma intencionalidade na produção das formas –, quando os cidadãos tomarem para si a responsabilidade de concepção das práticas espaciais o caminho trilhado, com certeza, tomará outro rumo. A luta ganha outra dimensão, porque o ato de habitar não se restringe ao espaço privado; envolve, como nos lembra Lefebvre³⁴, uma relação com os espaços públicos, como lugares do encontro, reunião, reivindicação e sociabilidade. Estamos fazendo menção, exatamente, à tensão entre apropriação e dominação, pois a propriedade privada é fundante da segregação ao determinar as possibilidades de uso dos lugares da cidade. Assim, a cidade revela os conflitos da produção do espaço.

Que possibilidades?

O cotidiano³⁵, embora muitas vezes banalizado, já que se expressa por sua miséria e riqueza a partir de eventos triviais, caracteriza-se como a mediação entre a repetição e a criação, entre a alienação e a liberdade, como a clara explicitação da imbricação entre espaço e tempo. As inúmeras possibilidades de apropriação do cotidiano resultam da vivência, da experiência vivida, e têm grande potencial criador, possibilitando a formação e permanência de resistências. Portanto, quando através da apropriação do espaço da cidade reconstruímos a cotidianidade, é possível pensarmos na formação de movimentos que lutem pela emancipação e pela sua transformação.

³³ A geógrafa Odette Seabra (1996) traz ótima contribuição acerca desse debate a partir da utilização das tríades lefebvrianas do espaço percebido, concebido e vivido, e das práticas espaciais, representações do espaço e dos espaços de representação.

³⁴ Lefebvre, 2008; 1991.

³⁵ Um importante debate acerca do cotidiano pode ser encontrado, por exemplo, em Lefebvre (2008, 1991, 1982, 1961, 1947). Evidentemente, como sabemos, o filósofo francês prefere apresentar noções, que acabam ganhando sempre novas dimensões em suas obras posteriores. Assim, encontramos novos desdobramentos em seus vários outros trabalhos.

Na experiência vivida, entretanto, é preciso romper diariamente com aquilo que Lefebvre³⁶ chamou de a cotidianidade programada, que através da articulação global do capital procura fragmentar as relações do lugar, fragilizando assim a construção de identidades e de solidariedade. Inclusive, é possível articular essa “programação” à sociedade burocrática de consumo dirigido e à sociedade do espetáculo³⁷, muito bem explorada pelo francês Guy Debord. A sociedade do consumo além de consumir as mercadorias convencionais, o faz também em relação ao espaço; passamos, assim, do consumo no espaço apenas, ao consumo do espaço e, no que se refere a isso, o que vem sendo feito e proposto para o Rio de Janeiro reflete bem tal momento. Para compreendermos a reprodução da sociedade é preciso que compreendamos a produção e o consumo do espaço; em outras palavras, faz-se necessário entender a dinâmica espacial do processo de construção social, que se dá cotidianamente.

Mas ao falar de importância da cotidianidade, o geógrafo Milton Santos³⁸ acredita que seja através do entendimento do cotidiano o caminho para a compreensão da relação entre espaço e movimentos sociais, entendendo a materialização das intencionalidades no espaço como “uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam”. É verdade, entretanto, para priorizarmos o convite à ação, a luta pela transformação que seja de interesse do cidadão, torna-se fundamental aprofundar as possibilidades de apropriação do cotidiano, já que sendo o lugar de reprodução das relações sociais, as lutas ainda encontram-se ligadas ao sentido imediato da sobrevivência; o que é legítimo, mas que deve ser apenas o ponto de partida. Assim, a atuação política dos movimentos populares, mesmo não sendo construída a partir de grandes mobilizações, pode funcionar como uma espécie de processo de conscientização do grupo social.

Desafios. O cotidiano é, simultaneamente, o trivial e o pouco provável; a velocidade e o tempo lento; o lugar e o global. É no lugar, no dia-a-dia, que encontramos as respostas e também as dúvidas; como dissemos, os desafios. É no lugar que optamos por adaptar-nos ao que é (im)posto ou procuramos subverter o jogo, buscar outras intencionalidades que não as hegemônicas. Isso levou Santos³⁹ a afirmar que as racionalidades dos setores hegemônicos buscam criar um cotidiano obediente e disciplinado, entretanto se o lugar é o destino da finalidade “imposta de fora, de longe e de cima, [é também] o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

Voltamos a reafirmar, então, que o espaço é fundamental para buscarmos a transformação, pois se queremos algo diferente, isso significa a produção de outro espaço; para mudar a vida, precisamos mudar também o espaço em sua forma-conteúdo.

Acreditamos ser necessário ter em conta que, muitas vezes, ao ficarmos presos aos debates e reflexões já realizados em outros tempos, corremos o risco de entrarmos – como nos advertia Lefebvre⁴⁰ – em um campo cego; ou seja, a ciência que deveria contribuir para iluminar, acaba

³⁶ Lefebvre, 1968.

³⁷ Houe, na França, um movimento bastante interessante que ficou conhecido como “os situacionistas”, do qual fizeram parte, por exemplo, Guy Debord e Raoul Vannegam, tendo o próprio Henri Lefebvre bastante diálogo com o movimento. O grupo fazia forte crítica ao cotidiano programado e à sociedade do consumo.

³⁸ Santos, 1996, p. 257.

³⁹ Santos, 1996, p. 257.

⁴⁰ Lefebvre, 1999.

gerando uma opacidade. Nesse sentido, acreditamos ser necessário escapar da tendência a hierarquizar as mobilizações, acreditando em determinados grupos (movimentos sociais), dando menos crédito aos ativismos e simplesmente quase ignorando outras formas de mobilizações.

Atualmente, tendo a trabalhar com mobilizações. A ideia de movimentos sociais está muito ligada a um momento que não condiz com nosso tempo. Entendemos que a sociologia durante muito tempo trabalhou e estudou os denominados movimentos sociais (o que foi muito importante); entretanto, se não tomarmos cuidado, corremos o risco de – como diz o ditado popular – “irmos para a cova abraçados ao defunto”. Não podemos continuar com essa hierarquização, que não responde mais ao que vivenciamos atualmente. Temos de ser mais criativos em nossas mobilizações... as tradicionais não têm nos levado muito longe. É preciso incorporar as novas formas de mobilização e a capacidade que as redes sociais têm de agregar e mobilizar as pessoas. Temos que nos transformar em atores envolvidos na ação transformadora.

Precisamos subverter a ordem. É necessário desobedecer à ordem dominante, que conta com a aliança do Estado com a mídia hegemônica. Precisamos dar outros usos à técnica, procurar mídias alternativas, que rompam com a seleção desigual do espaço urbano. Não podemos continuar acreditando no discurso veiculado pela imprensa de que “a sociedade quer determinada coisa” ou que “os jogos olímpicos vão ser bons para a cidade”.

Concordamos com Ana Clara Torres Ribeiro⁴¹ quando afirmava que precisamos valorizar os contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências. Não podemos renegar o pequeno, o fugaz, que pode ser de grande importância por constituir-se na única resistência possível. Esta talvez seja a chance de nos contrapormos à ação que se realiza “de cima para baixo”, criando espaços de representação através da experiência construída em apreensões horizontais e cooperativas da vida cotidiana e coletiva.

Talvez seja hora de valorizarmos mais o dissenso que o consenso, que é cada vez mais consenso publicitário. O Outro do urbano é o homem comum, ou se quisermos pensar em Milton Santos, o homem lento, que escapa dessa lógica, que mais que sobreviver, busca viver, porque resiste. Ele inventa, se reinventa de forma criativa, cria táticas de resistência através da apropriação do espaço.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1994.

CAPEL, Horacio. *Las tres chimeneas*. Volume III. Barcelona: FECSA, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os procesos espaciais. In FERREIRA, Alvaro et al (Org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

⁴¹ Ribeiro, 2012, p. 67.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. La utopía de la gestión democrática de la ciudad. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (01). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-01.htm>> [ISSN: 1138-9788]

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CROZIER, Michel, FRIEDBERG, Erhard. *L'Acteur et le système*. Paris: Seuil, 1977.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor. 2004. Em <http://pt.scribd.com/doc/94289553/DUBAR-Claude-Agente-ator-sujeito-autor-Ator-agente-autor-do-semelhante-ao-mesmo-2004>, em 21/12/2013.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em atores, agentes e mobilizações? In FERREIRA, Alvaro et al (Org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013a.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. 2 ed. atualizada. Rio de Janeiro: Consequência, 2013b.

HARVEY, David. *Spaces of hope*. Berkeley: University of California Press, 2000.

HARVEY, David. *Justice, nature & Geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In FERREIRA, Alvaro et al (Org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In SILVA, Catia Antonia da, FREIRE, Désirée, OLIVEIRA, Floriano J. G. (Org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconhecida. *Espaço & Debates*, n. 38, ano XIV, 1994, p. 54-61.

MARTINS, José de Souza. A dialética do corpo no imaginário popular. *Sexta Feira - Antropologia, Artes, Humanidades*, São Paulo, v. 4, p. 46-54, 1999.

ORLANDI, Nana Vasconcelos. *Movimentos sociais frente ao processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro: a zona portuária carioca*. Relatório de Iniciação Científica dirigido por Alvaro Ferreira. Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, n.09, p. 58-71, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

WHITAKER, Reg. Entrevista sobre invasão de privacidade. *Revista Veja*, São Paulo, 30 mai. 2001.